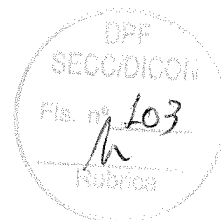




**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ/DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL**  
**COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO**

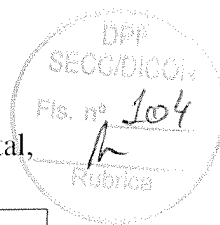


**Contrato nº \_\_\_\_/2015 - COAD/DLOG/DPF (08103.000171/2014-04-CAOP/DIREX)**

TERMO DE CONTRATO DE  
FORNECIMENTO DE PUBLICAÇÕES  
AERONÁUTICAS QUE ENTRE SI  
CELEBRAM A UNIÃO FEDERAL,  
REPRESENTADA PELO  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA  
FEDERAL, E A EMPRESA  
\_\_\_\_\_  
NA FORMA  
ABAIXO:

A UNIÃO, por meio do Departamento de Polícia Federal, com Sede em Brasília/DF, instalado em seu Edifício Sede, no Setor de Autarquias Sul, Quadra 06, Lotes 09 e 10, inscrito no CNPJ sob o número 00.394.494/0014-50, órgão do Ministério da Justiça, neste ato designado simplesmente CONTRATANTE e representado por seu Coordenador de Administração Sr. \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_ e C.I. \_\_\_\_\_, com delegação de competência que lhe confere a Portaria nº \_\_\_\_\_-DG/DPF, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2011, do Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça e a empresa \_\_\_\_\_ estabelecida à \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, neste ato designada simplesmente CONTRATADA e representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, portadora da Cédula de Identidade nº. \_\_\_\_\_-SSP/\_\_\_\_ CPF nº \_\_\_\_\_, resolvem firmar o presente CONTRATO decorrente do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2015 - CPL/DICON/COAD, observadas as disposições da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 (Institui modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns), pelos Decretos nº. 5.450, de 31 de maio de 2005 (Regulamenta o Pregão, na forma eletrônica), 6.204 de 05 de setembro de 2007 (Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as MEs, e EPPs), Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 (Regulamenta o Sistema de Registro de Preços), pela Lei Complementar nº. 123/2006 (Institui o Estatuto Nacional da ME e EPP), pela Instrução Normativa nº 02, de 11 de outubro de 2010 (Estabelece normas para o funcionamento do SICAF no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do SISG), Lei nº 8.078, de 1990, pela Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 (Estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos), mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto** - O presente contrato visa a contratação de serviços de Empresa especializada no fornecimento de documentos de navegação aérea com coberturas específicas para a América do Sul e Brasil, em formato impresso, todos com atualização periódica, confeccionados pela JEPPESEN SANDERSON, INC, com



sede nos Estados Unidos da América, conforme as especificações constantes neste Edital, seus anexos e discriminações a seguir:

Item	Descrição	Quantidade/Ano
01	Assinatura anual em papel impresso de cartas de rota e de procedimentos IFR com cobertura para o território brasileiro conforme referência Jeppesen ABRZ 0441.	02 (duas) Assinaturas/Anual (12 meses)
02	Assinatura anual em papel impresso de cartas de rota e de procedimentos IFR com cobertura para a América do Sul conforme referência Jeppesen ASAM 0441.	01 (uma) Assinatura/Anual (12 meses)

**CLÁUSULA SEGUNDA – Da Documentação Complementar** – O edital do Pregão Eletrônico nº \_\_/2015-CPL/DICON/COAD, o Termo de Referência, seus anexos e a proposta da CONTRATADA fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de transcrição.

**CLÁUSULA TERCEIRA – Das Obrigações da Contratada** - A contratada se obriga a:

3.1 – Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Contratante, em estrita observância das especificações do Edital e da Proposta;

3.2 – Fornecer contato ao fiscal indicado pela Contratante para a solução imediata de dúvidas e/ou perfeita execução do objeto do Termo de Referência, quando for o caso;

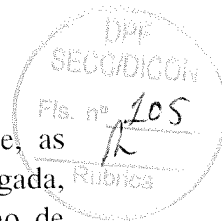
3.3 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor ( Lei nº 8.078, de 1990);

3.3.1 – O deve previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir ou remover, às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, o produto com avarias ou defeitos.

3.4 – Atender prontamente a quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto do presente instrumento;

3.5 – Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

3.6 – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



3.7 – Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto quando se tratar de fretamento, para cumprimento do item 5.3 do Termo de Referência.

3.8 – Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização de trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

3.9 – Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

**CLAUSULA QUARTA – Das Obrigações da Contratante – A CONTRATANTE se obriga a:**

4.1 – Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

4.2 – Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da Proposta, para fins de aceitação e recebimentos definitivos;

4.3 – Notificar a contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas, irregularidades constatadas na aquisição do material;

4.4 – Designar um servidor especialmente para acompanhar e fiscalizar o recebimento do material, a ser indicado pela Coordenação de Aviação Operacional – CAOP/DIREX/DPF, anotando em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, sendo que as decisões e providências que ultrapassarem sua competência deverão ser solicitadas em tempo hábil para adoção das medidas convenientes;

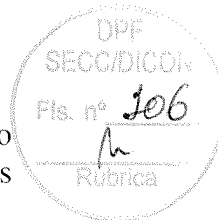
4.5 – Não permitir o recebimento do material em desacordo com o preestabelecido;

4.6.– Efetuar o pagamento no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo;

4.7.–A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução de presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA QUINTA – Fiscalização dos Serviços**

5.1 – Os fornecimentos ora contratados serão acompanhados, fiscalizados e atestados pelo fiscal do contrato indicado pelo Coordenador da CAOP/DIREX/DPF e designado em documento próprio, observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes deste instrumento, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas, conforme prevê o art. 67 da Lei nº 8.666/1993.



5.2 – O fiscal anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas ao serviço executado, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

5.3 – As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas ao Coordenador da CAOP/DIREX/DPF, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes;

5.4 – A atestação das Notas Fiscais/Faturas relativas aos serviços executados caberá ao Coordenador da CAOP/DIREX/DPF, ou ao FISCAL indicado e designado em documento próprio para esse fim.

#### **CLÁUSULA SEXTA – Do Recebimento e Critério de Aceitação do Objeto**

6.1 – Os bens serão recebidos:

6.1.1 – PROVISORIAMENTE, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da Proposta;

6.1.2 – DEFINITIVAMENTE, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da Proposta, e sua conseqüente aceitação, que se dará até 05 (cinco) dias úteis do recebimento PROVISÓRIO.

6.1.2.1 – Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento DEFINITIVO no dia do esgotamento do prazo.

6.2 – A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas e/ou desatualizadas.

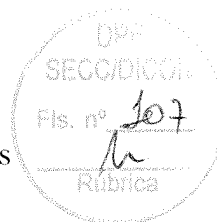
#### **CLÁUSULA SÉTIMA – Do Pagamento**

7.1 - O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.2 - Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

7.3 - A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 5 (dias) dias, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir.

7.4 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota



Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados.

7.5 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

7.6 Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.6.1 Não produziu os resultados acordados;

7.6.2 Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

7.6.3 Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.7 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.8 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

7.9 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

7.10 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.11 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

7.12 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.13 Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.



7.14 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.14.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**CLÁUSULA OITAVA – Do Valor do Contrato e da Dotação Orçamentária** - As despesas para o contrato, para o exercício de 2015 são estimadas em R\$ \_\_\_\_\_. (\_\_\_\_\_). As despesas no presente exercício serão custeadas com os recursos consignados ao Departamento de Polícia Federal, no Orçamento Geral da União, sob a seguinte classificação: Plano Interno \_\_\_\_\_, Elemento de Despesa \_\_\_\_\_, Programa de Trabalho \_\_\_\_\_. Inicialmente foi emitida a Nota de Empenho nº 2015NE \_\_\_\_\_, no valor de R\$ \_\_\_\_\_(\_\_\_\_\_).

**CLÁUSULA NONA – Dos Encargos Moratórios** - Como critério de encargos moratórios, e quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

$$I = (TX/100)$$

365

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

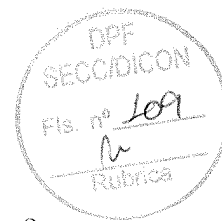
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

9.1 - Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.



## **CLÁUSULA DÉCIMA – Das Penalidades**

10.1 – Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- 10.1.1 Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 10.1.2 Apresentar documentação falsa;
- 10.1.3 Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 10.1.4 Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 10.1.5 Não mantiver a proposta;
- 10.1.6 Cometer fraude fiscal;
- 10.1.7 Comportar-se de modo inidôneo;

10.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

10.3 A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 10.3.1 Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 10.3.2 Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

10.4 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

10.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

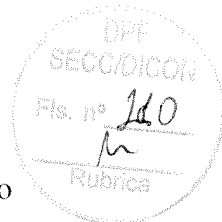
10.6 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.7 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

10.8 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Das Vedações**

11.1 É vedado à **CONTRATADA**:



11.1.1 Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

11.1.2 Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplência por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Da Alteração do Contrato**

12.1 – A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos que se fizerem nos serviços até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato;

12.2 – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item anterior, exceto as supressões resultantes de acordo celebrado entre os Contratantes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Do Equilíbrio Econômico e Financeiro**

13.1 – A Contratada tem direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato, procedendo-se à revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento;

13.2 – A Contratada, quando for o caso, deverá formular à Administração requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I – a comprovação será feita por meio de documentos, tais como: lista de preço de fabricante, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato.

II – junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data de formulação da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

III – a Administração reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro procederá à revisão do contrato.

13.3 – Independentemente de solicitação a administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado;

13.4 – As alterações decorrentes da revisão do contrato serão publicadas no Diário Oficial da União.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA — Da Rescisão**

14.1 – Caberá rescisão contratual, na ocorrência de quaisquer dos motivos relacionados no art. 78 da Lei nº 8.666/93.





14.2 – A rescisão do contrato poderá ser:

14.2.1 – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93;

14.2.2 – Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração;

14.2.3 – Judicial, nos termos da legislação.

14.3 – Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados que houver sofrido, tendo direito:

14.3.1 – Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

14.3.2 – Pagamento do custo da desmobilização;

14.3.3 – Devolução da garantia

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Da Garantia**

**15.1** Para a execução das obrigações assumidas, o DPF exigirá da licitante vencedora até 3 (três) dias após a assinatura do Contrato, prestação de garantia correspondente a 3% (três por cento) do seu valor total, em uma das modalidades previstas no art. 56 da Lei nº 8.666/93, que será liberada ou restituída somente após o término da vigência contratual e desde que não haja pendências.

**15.2** – O valor da garantia poderá ser utilizado para corrigir as imperfeições verificadas na execução dos serviços, bem como nos casos decorrentes de inadimplemento contratual, e de indenização por danos causados ao patrimônio da União, ou de terceiros.

**15.3** – O valor da garantia se reverterá em favor do DPF, integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão contratual por culpa exclusiva da contratada, sem prejuízo das perdas e danos por ventura verificados.

**15.4** – Havendo interesse em estender a vigência contratual, o DPF exigirá reforço da garantia.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– Da Vigência e da Prorrogação**

**16.1** O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado caso ocorra alguns dos motivos elencados no parágrafo 1º do Art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA — Das Medidas Acauteladoras**

**17.1** - Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá



motivadamente adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Das Ações de Sustentabilidade Ambiental**

**18.1** - A Empresa deverá observar o disposto no art. 6º da IN nº 01/2010-SLTI/MPOG, referente à sustentabilidade ambiental.

**18.2** O descumprimento de normas ambientais constatadas durante a execução do Contrato será comunicado pelo DPF ao órgão de fiscalização do Município, do Estado ou da União.

#### **CLAUSULA DÉCIMA NONA – Dos Casos Omissos**

**18.1** – À execução do presente instrumento, bem como nos casos omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-lhes, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado, na forma do art. 54 da Lei nº. 8.666/1993, combinando com o art. 55, inciso XII do referido diploma legal.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA VIGÉSIMA - Da Publicação**

**20.1** A publicação resumida do instrumento de contrato na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Contratante até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – Da Legislação e Foro**

**21.1** Fica expressamente acordado que ao presente Contrato aplicar-se-ão as soluções preconizadas pela legislação brasileira, inclusive quanto aos casos omissos.

**21.2** As partes elegem o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, com renúncia de qualquer outros, para dirimir dúvidas e decidir sobre quaisquer reclamações relacionadas com o presente Contrato.

**21.3** E, por estarem justas e acertadas, foi mandado digitar este Contrato, em 03 (três) vias, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes contratantes, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo.

Brasília/DF,.

Ordenador de Despesas

Empresa

Testemunhas:

*Do Secantorian  
para prosseguimento  
do feito.*

*Em, 24/02/15*

*João Carlos De Silva  
CPF: 000.000.000-00*